

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.1590/1678-98732433e014>

Os efeitos da reeleição sobre políticas municipais: evidências de eleições acirradas no Brasil

Bruno Schaefer, Fernando Meireles

<https://doi.org/10.1590/1678-98732433e014>

Submetido em: 2025-12-11

Postado em: 2025-12-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

<https://doi.org/10.1590/1678-98732433e014>

Os efeitos da reeleição sobre políticas municipais: evidências de eleições acirradas no Brasil

The Effects of Reelection on Municipal Policy: Evidence from Close Elections in Brazil

Bruno Schaefer

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: brunoschaefer@iesp.uerj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5127-7240>

Fernando Meireles

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: fernando.meireles@iesp.uerj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7027-2058>

RESUMO

Introdução: A possibilidade de reeleição é frequentemente associada ao aumento da accountability e à continuidade administrativa, mas também pode estimular incentivos de curto prazo e o uso estratégico de recursos públicos. Este artigo investiga os efeitos causais da reeleição de prefeitos sobre a alocação e a qualidade das políticas públicas municipais no Brasil, contribuindo para o debate sobre os impactos institucionais da competição eleitoral no nível local. **Materiais e métodos:** A pesquisa adota um desenho de regressão descontínua (RDD) aplicado a eleições municipais acirradas realizadas entre 2000 e 2020. O desenho quasi-experimental compara municípios em que o incumbente venceu ou perdeu por margens estreitas, de até 2 pontos percentuais, permitindo estimar o efeito médio local da reeleição. Foram utilizados dados orçamentários, educacionais e de saúde provenientes do SIOPS, SIOPE e Finanças do Brasil (FINBRA), combinados a informações eleitorais do TSE. As estimativas foram obtidas por regressão local polinomial ponderada, com testes de robustez baseados em diferentes *bandwidths*, controles de continuidade das covariáveis e placebo tests. **Resultados:** Os resultados indicam que prefeitos reeleitos mantêm padrões de gasto semelhantes aos do primeiro mandato, com ênfase em áreas de alta visibilidade, como obras

e assistência social, mas sem ganhos significativos de desempenho em educação ou saúde. A reeleição, portanto, reforça práticas orçamentárias conservadoras e reduz a inovação administrativa. **Discussão:** Os resultados indicam que a reeleição produz continuidade política, mas não necessariamente governança mais eficiente. Ao privilegiar gastos eleitoralmente rentáveis e evitar mudanças estruturais, prefeitos reeleitos tendem a restringir a capacidade de planejamento e coordenação de longo prazo. Assim, a reeleição atua como um mecanismo ambíguo: promove estabilidade, mas também perpetua padrões de gestão voltados à manutenção do poder, em detrimento de resultados públicos sustentáveis.

Palavras-chave: reeleição; políticas públicas municipais; accountability; incentivos eleitorais; regressão descontínua.

ABSTRACT

Introduction: The possibility of reelection is often associated with greater accountability and administrative continuity, but it can also create short-term incentives and encourage the strategic use of public resources. This article examines the causal effects of mayoral reelection on the allocation and quality of municipal public policies in Brazil, contributing to the broader debate on the institutional consequences of local electoral competition. **Materials and methods:** The study employs a regression discontinuity design (RDD) applied to municipal elections decided by narrow margins between 2000 and 2020. This quasi-experimental approach compares municipalities where incumbents narrowly won or lost – by margins of up to two percentage points – allowing for estimation of the local average treatment effect of reelection. The analysis draws on budgetary, education, and health data from SIOPS, SIOPE, and *Finanças do Brasil* (FINBRA), combined with electoral data from the Superior Electoral Court (TSE). Estimates were obtained through weighted local polynomial regressions, with robustness checks based on alternative bandwidths, continuity tests for covariates, and placebo tests. **Results:** The findings suggest that reelected mayors tend to replicate the spending patterns of their first term, concentrating resources in highly visible areas such as public works and social assistance, but without producing significant gains in education or health outcomes. Reelection therefore appears to reinforce conservative budgeting practices while constraining administrative innovation. **Discussion:** The findings indicate that while reelection promotes political continuity, it does not necessarily lead to more effective governance. By favoring electorally advantageous expenditures and shying away from structural reforms, reelected mayors tend to undermine their municipality's capacity for long-term planning and coordination. Reelection thus operates as an ambivalent mechanism: providing stability while perpetuating management practices aimed at retaining power rather than achieving sustainable public outcomes.

Keywords: reelection; municipal policy; accountability; electoral incentives; regression discontinuity design.

Sumário Executivo

Contexto da pesquisa

A Emenda Constitucional nº 16/1997 introduziu a reeleição no Brasil e gerou discussões na opinião pública, na imprensa e na academia. Parte da literatura argumenta que a reeleição pode estimular o uso estratégico da máquina pública, elevar a corrupção e distorcer o ciclo orçamentário. Outra vertente sustenta que a medida pode reforçar a accountability democrática e incentivar boas práticas de gestão. A compreensão dos efeitos da reeleição sobre a provisão de políticas públicas é relevante, particularmente considerando que o Congresso Nacional discute sua eventual revogação.

Evidências anteriores ao estudo

A literatura apresenta resultados contraditórios sobre os efeitos da reeleição. Alguns estudos associam a busca por um segundo mandato à responsabilidade fiscal e à melhoria em indicadores de saúde e educação. Outros identificam maior incidência de corrupção ou uso oportunista de recursos públicos no segundo mandato. Poucos estudos avaliam de forma integrada múltiplos indicadores de gestão municipal com estratégias de identificação causal. Faltam análises que examinem simultaneamente os efeitos do segundo mandato sobre diferentes dimensões da gestão pública.

Valor agregado do estudo

Este estudo analisa uma base de dados com mais de 12 mil eleições municipais entre 2000 e 2020 nas quais incumbentes disputaram a reeleição. A estratégia de Regressão Descontínua (RDD) foi aplicada para estimar os efeitos causais da obtenção de um segundo mandato sobre 15 indicadores de políticas públicas, gestão fiscal, pessoal e corrupção. Essa estratégia compara prefeitos que venceram eleições por margens estreitas com aqueles que perderam por margens igualmente estreitas, explorando o fato de que, em disputas acirradas, a vitória ou derrota pode ser atribuída ao acaso. Essa comparação permite isolar o efeito causal da reeleição, controlando outras características dos candidatos e municípios.

Implicações dos resultados

Os resultados mostram que prefeitos reeleitos apresentam desempenho semelhante ao de prefeitos em primeiro mandato. A reeleição tem efeito positivo marginal sobre a capacidade de investimento e efeito negativo moderado sobre o gasto com saúde. Não há efeitos robustos sobre indicadores de educação, gestão fiscal, pessoal ou corrupção. O segundo mandato não representa mudança substantiva na condução das políticas públicas. Os resultados contradizem tanto argumentos favoráveis quanto contrários à reeleição e indicam a necessidade de evidências empíricas no debate sobre reformas eleitorais.

Executive Summary

Research Context

Constitutional Amendment No. 16/1997 introduced the possibility of reelection for executive offices in Brazil, sparking wide debate among policymakers, the media, and academic circles. While some scholars argue that reelection incentivizes the strategic use of public resources, fosters corruption, and distorts budgetary cycles, others maintain that it strengthens democratic accountability and promotes better management practices. Understanding the

effects of reelection on the provision of public policies is particularly timely given ongoing debates in the National Congress over whether to repeal the amendment.

Existing Evidence

The existing literature offers mixed findings on the effects of reelection. Some studies associate the pursuit of a second term with greater fiscal responsibility and improvements in education and health indicators, while others point to higher levels of corruption and the opportunistic use of public resources during second terms. Few studies, however, provide an integrated assessment of multiple dimensions of municipal management within a causal identification framework.

Added Value of the Study

This study draws on a dataset of more than 12,000 municipal elections held between 2000 and 2020 in which incumbents sought reelection. A regression discontinuity design (RDD) is employed to estimate the causal impact of securing a second term on 15 indicators encompassing public policy, fiscal management, personnel administration, and corruption. The analysis compares mayors who narrowly won reelection with those who narrowly lost, leveraging the fact that in closely contested races, victory or defeat can often be attributed to chance. This comparison isolates the causal effect of reelection by controlling for other characteristics of candidates and municipalities.

Implications of the Findings

The results indicate that reelected mayors perform similarly to those serving their first term. Reelection has a marginal positive effect on investment capacity and a moderate negative effect on health expenditures. There are no consistent effects on education, fiscal management, personnel, or corruption indicators. A second term, therefore, does not entail a substantive shift in the direction of public policy. These findings challenge both optimistic and critical perspectives on reelection and underscore the need for empirical evidence to inform ongoing debates on electoral reform.

I. Introdução¹

A aprovação do instituto da reeleição no Brasil, por meio da Emenda Constitucional nº 16/1997, foi envolta em polêmicas e críticas. A ideia de que chefes do Executivo poderiam tentar um mandato adicional é criticada por, supostamente, favorecer incumbentes, incentivar a corrupção, gerar ciclos político-orçamentários, entre outros problemas (Batista, 2013; Frey, 2021; Marciniuk & Bugarin, 2019; Nakaguma & Bender, 2006). Atualmente, o debate sobre

¹ Agradecemos aos comentários e sugestões dos pareceristas anônimos da Revista de Sociologia e Política. Bruno Marques Schaefer agradece também o financiamento para a pesquisa via programa PROCIENCIA da UERJ.

o fim da reeleição está no Congresso Nacional em função de uma série de novas propostas de emendas à Constituição. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 12, de 2022, por exemplo, propõe o fim da reeleição para mandatos executivos no Brasil e a unificação das eleições². Sobre a PEC, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou, em maio de 2024, que “a grande reflexão que devemos fazer sobre reeleição: foi positivo, foi proveitoso? As respostas que ouço é que não”³. Neste artigo, ajudamos a oferecer uma resposta a essa questão.

Na Ciência Política e na Economia, a literatura se divide sobre os impactos de um segundo mandato. Por um lado, grande parte dos trabalhos sustentam que a reeleição reforça *accountability* eleitoral, defendendo que prefeitos (ou governantes, em geral) no primeiro mandato têm incentivos a serem fiscalmente responsáveis, sinalizando boa gestão para o eleitorado como forma de maximizar suas chances de obter um mandato consecutivo. Empiricamente, alguns trabalhos têm demonstrado que a existência da reeleição favorece maior controle fiscal (Cavalcante, 2015, 2016; Marciniuk & Bugarin, 2019); pode melhorar a provisão de políticas públicas (Toral, 2024); bem como, em um sentido mais geral da própria teoria democrática, facilitar o exercício do voto retrospectivo por parte de eleitores (Healy & Malhotra, 2013). Em outras palavras, essa literatura sugere que presidentes, governadores e prefeitos podem ser premiados ou punidos de acordo com o seu desempenho de gestão (Klein, 2010; Nakaguma & Bender, 2010; Pereira & Melo et al., 2009). Por outro lado, há trabalhos que apontam que o instituto da reeleição pode gerar mais corrupção (Batista, 2013; Rodrigues et al., 2020), mau direcionamento de políticas públicas (Frey, 2021) e dar vantagens eleitorais ao incumbentes em relação a candidaturas desafiantes (Araujo Júnior & Pires, 2020; Peixoto et al., 2021).

Embora a reeleição já tenha sido objeto de muitos trabalhos, poucas pesquisas investigam suas consequências do ponto de vista da provisão de políticas públicas tomadas em conjunto. Na área fiscal, há evidência de que prefeitos em primeiro mandato que almejam a reeleição possuem melhor controle fiscal (Marciniuk & Bugarin, 2019), mas que também

² Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153068>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-insistencia-de-pacheco-na-pec-que-acaba-com-a-reeleicao-no-brasil/>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

gastam mais com pessoal (Ferreira & Bugarin, 2024). De forma similar, há também alguma evidência disponível de que a reeleição aumenta a capacidade de investimento dos municípios e de arrecadação de impostos (particularmente, sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, IPTU) (Marenco, 2017). Outros estudos, por sua vez, encontram evidências de que prefeitos em busca da reeleição investem mais em saúde (Novaes & Mattos, 2010) e que resultados em educação melhoram – nesse caso, como sugere Toral (2024), como efeito indireto da patronagem. Por fim, há evidências de que a reeleição afeta positivamente a incidência de corrupção – tanto Batista (2013) quanto Rodrigues et al. (2020), a partir de diferentes bases de dados e desenhos de pesquisa, sugerem que prefeitos em segundo mandato são mais corruptos do que aqueles no primeiro.

Essa revisão de estudos anteriores reforça o ponto de que, para além de focos diferentes, há pouca evidência acumulada sobre os efeitos da reeleição em políticas públicas. Diferentemente dos trabalhos anteriores, que em geral utilizam algum modelo de regressão para estudar um *outcome* específico, neste artigo ampliamos o estudo dos impactos da reeleição em dois sentidos principais. Em primeiro lugar, investigamos o efeito da reeleição sobre uma série mais ampla de *outcomes* e *proxies* de gestão municipal, e não apenas indicadores específicos. Em segundo lugar, utilizamos uma estratégia de identificação de efeitos causais para avaliar efeitos decorrentes da obtenção de um segundo mandato: o desenho de regressão descontínua (doravante RDD) (Cattaneo & Titiunik, 2022; Imbens, 2024; Keele, 2015; Titiunik, 2021). Ainda que tenha menor validade externa, como discutimos adiante, RDD nos permite estimar o efeito causal local médio da relação entre ter sido reeleito e *outcomes* de gestão – ou seja, o efeito para um município entre ser governado por alguém em primeiro ou segundo mandato que é independente de outras características municipais.

Empiricamente, analisamos todas as seis eleições municipais brasileiras com mandatos já finalizados, realizadas entre 2000 e 2020, totalizando seis eleições municipais nas quais um incumbente disputou a reeleição contra uma candidatura desafiante. Para tanto, combinamos dados históricos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e utilizamos uma estratégia de comparação de similaridade entre nomes próprios, números de CPF e Título de Eleitor para identificar incumbentes que tentaram a reeleição desde 2000, primeiro pleito

municipal após a aprovação da EC nº 16/1997. Com isso, criamos a base mais extensa de dados sobre reeleição municipal no Brasil, que inclui informações sobre eleições, resultados eleitorais, características dos municípios, bem como indicadores de gestão fiscal, recursos humanos e corrupção. É com base nesses dados que, na seção de resultados, mostramos que incumbentes reeleitos para um segundo mandato não têm mandatos substantivamente diferentes em relação a prefeitos em primeiro mandato. As únicas diferenças estão na área da saúde, com despesas sendo reduzidas em algumas especificações; e no quesito investimentos, com aumento nos valores alocados. De toda forma, o resultado geral indica similaridade entre incumbentes em primeiro e segundo mandatos.

Nossos resultados auxiliam a elucidar os efeitos da reeleição em municípios brasileiros, indicando que segundos mandatos não parecem ser piores que os primeiros - ao contrário do que sugere parte da literatura e da opinião pública. Entretanto, nossos achados devem ser lidos com cautela: por estarmos comparando municípios que passaram por eleições acirradas entre candidaturas de incumbentes e desafiantes, analisamos um subgrupo de eleições nas quais mandatários, apesar de não serem demovidos da disputa, provavelmente não tiveram performances excelentes ao longo do primeiro mandato, o que significa que há efeitos de seleção que afetam a composição final da amostra de municípios analisados (Bertoli & Hazlett, 2025; Marshall, 2024). Ainda que isso não afete a validade interna dos nossos achados, as estimativas do efeito causal do segundo mandato que reportamos, portanto, têm menor validade externa na medida em que se aplicam apenas para pleitos competitivos, nos quais incumbentes não tiveram reeleições seguras (Bertoli & Hazlett, 2025).

O artigo está organizado como segue. Na próxima seção, revisamos trabalhos que exploram os efeitos de um segundo mandato sobre uma série de indicadores, ressaltando o quadro de evidências e a operacionalização das variáveis. Na seção três, apresentamos nosso desenho de pesquisa, descrevendo a construção da variável independente e a estratégia de identificação. Na seção quatro, analisamos os resultados em quatro dimensões (provisão e resultados de políticas, gestão fiscal, gestão pessoal e corrupção), testamos a robustez das estimativas e possíveis efeitos heterogêneos, descritos em detalhes nos Apêndices. Por fim, discutimos como nossos resultados contribuem para os estudos sobre reeleição.

II. Instituições e *outcomes*

Após a promulgação da Constituição de 1988, os municípios ganharam *status* constitucional fortalecido e viram suas responsabilidades aumentarem de forma expressiva no Brasil (Grin & Abrucio, 2019). Eles se tornaram os principais encarregados pela oferta de uma série de políticas, como saúde, educação e assistência social, que foram descentralizadas. Nesse sentido, o papel das prefeituras tornou-se mais relevante em comparação com outros momentos da histórica política brasileira. Esse processo volta à atenção de diversos trabalhos na Ciência Política e na Economia para prefeitos e prefeitas, explorando a variação de capacidades e resultados ao longo do território nacional. Ou seja, ao mesmo tempo em que o arranjo federativo brasileiro institucionalizou os gastos das prefeituras em políticas específicas, como saúde e educação (Arretche, 2010), a variação entre municípios é muito alta na construção de capacidades, implementação e resultados de políticas (Coelho & Guth et al., 2020; Ferraz & Foremny et al., 2024; Ferreira & Bugarin, 2024; Grin & Abrucio, 2019; Lui et al., 2023; Segatto & Euclides, 2021).

Uma preocupação comum da literatura é em que medida parte dessa variação é explicada pela atuação dos atores políticos, em especial o centro do governo local: prefeitos e prefeitas. Dito de outra forma, até que ponto o resultado na provisão, implementação e resultado de políticas é mediado pelo perfil dos ocupantes do executivo municipal (Brollo & Troiano, 2016) e número de mandatos já realizados (Frey, 2021; Klein, 2010; Nakaguma & Bender, 2010; Toral, 2024). Precisamente nesse segundo ponto, há o interesse em entender se a reeleição impacta de maneira positiva, negativa ou nula em uma série de *outcomes* de gestão municipal.

O instituto da reeleição passou a valer nas eleições gerais de 1998 e municipais de 2000. Alguns estudos se voltaram para as causas da reeleição (Araujo Júnior & Pires, 2020; Peixoto et al., 2021, 2023), e a possível vantagem de mandatários (Avelino Filho & Biderman, 2021; Brambor & Ceneviva, 2012; Lucardi & Rosas, 2016), enquanto outros se voltaram para as consequências do instituto (Arruda & Rocha, 2024; Ferreira & Bugarin,

2024; Frey, 2021; Klein, 2010; Marciniuk & Bugarin, 2019; Nakaguma & Bender, 2010; Sakurai & Menezes-Filho, 2008; Toral, 2024). Nesse segundo caso, a literatura se vale de modelos clássicos que apontam para duas direções: de um lado, a possibilidade de que a reeleição piore a provisão de políticas, incremente a corrupção e crie incentivos para ciclos político-orçamentários; de outro, a ideia de que reeleição reforça *accountability* eleitoral, defendendo que o instituto gera incentivos para que prefeitos no primeiro mandato sinalizem boa gestão para o eleitorado como forma de maximizar suas chances de obter um mandato consecutivo. A continuidade do mandato, para essa segunda linha teórica, também poderia representar a manutenção de políticas e efeitos de longo prazo.

Neste trabalho, buscamos testar essas proposições para variados tipos de *outcomes* que envolvem a provisão e resultados de políticas públicas, gestão fiscal, recursos humanos e corrupção. A lista não esgota, por óbvio, todos os indicadores dessas dimensões, mas representa uma lista grande o suficiente para nos permitir avaliar, de maneira ampla, diferenças entre primeiro e segundo mandatos municipais⁴. No contexto da discussão sobre o fim do instituto, é importante ressaltar quais são seus impactos nos municípios brasileiros, passo necessário para amparar o debate sobre mecanismos específicos atuando em cada área.

Para mensurar a provisão e resultados de políticas públicas, consideramos os dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das redes municipais, separando a análise por anos iniciais (1º ao 5º) e finais (6º ao 9º), bem como a capacidade de investimento dos governos municipais. No primeiro caso, a *rationale* é de que a continuação de uma mesma gestão municipal pode afetar positivamente os resultados alcançados pela rede (Toral, 2024). Os dados foram retirados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) através do pacote do R *basedosdados* (Dahis et al., 2022), assim como outros indicadores descritos a seguir.

Consideramos também dados de saúde pública municipal. Os indicadores são: Despesa em Saúde Utilizando Recursos Próprios do Município (por Hab., R\$ de 2019);

⁴ A escolha das variáveis foi realizada a partir da literatura que aborda, no Brasil, a reeleição como variável independente. Trata-se de uma amostra de trabalhos selecionada a partir de outra revisão sobre o tema (Souza & Leal, 2023), bem como via amostragem via “bola de neve”, ou seja, seleção de artigos a partir de sua citação em outros. Tal abordagem certamente deixa lacunas, mas, dado a extensão de indicadores e dados que cobrimos, incorporar mais testes e expectativas teóricas seria inviável.

Porcentagem de Cobertura da Atenção Básica e Taxa de Médicos (por 1.000 Hab.). Os dados foram retirados através do pacote R *basedosdados*, mas foram compilados pelo IEPS (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde). No caso da despesa, Novaes & Mattos (2010, p. 157), demonstram que: “(...) prefeitos que tentam reeleição se esforçam, através de maiores gastos em saúde, para mostrar aos seus eleitores que são administradores competentes, ao contrário de prefeitos em segundo mandato”. Ou seja, a expectativa de gastos é negativa para mandatários que conquistaram um segundo mandato. Em relação a indicadores de insumos e resultados, Arruda & Rocha (2024) apontam para efeitos negativos do *turnover* (saída do incumbente) sobre resultados como pré-natal adequado, entre outros indicadores. Um dos mecanismos apontados no trabalho é que a derrota do candidato à reeleição implica na demissão de funcionários da saúde no período de transição entre o antigo e novo governo. Testamos esse aspecto específico a partir de dados sobre a cobertura da atenção básica e taxa de médicos por habitante.

A capacidade de investimento é mensurada por meio do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). O IFGF é medido pela Firjan todos os anos desde 2013 e é desagregado em quatro outros índices: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos. Esse último é operacionalizado pelo valor de investimentos em relação à receita total dos municípios em um dado ano. Quanto às expectativas sobre esses indicadores, trabalhos que mensuram a relação entre reeleição e investimento apontam para direções opostas. Cavalcante (2016) aponta que prefeitos reeleitos possuem melhores resultados de investimento; Marciniuk & Bugarin (2019), por sua vez, mostram que prefeitos em primeiro mandato investem mais do que aqueles que foram reeleitos (Teste 7, Tabela 9).

Na dimensão fiscal, usamos três variáveis: IFGF Liquidez e Autonomia, bem como a arrecadação do IPTU. O índice de liquidez é mensurado pela divisão entre Caixa menos restos a pagar pela receita corrente líquida. IFGF Autonomia é mensurado por receita local menos estrutura administrativa dividido pela receita corrente líquida. Já a arrecadação com o IPTU é mensurada pelo total de recursos *per capita* que os municípios declaram tendo origem essa fonte (em receitas brutas, SICONFI), dividido pela população dos municípios. A literatura aponta que prefeitos em primeiro mandato possuem, em geral, melhor gestão fiscal – o que, inclusive, aumentaria suas chances de reeleição (Cavalcante, 2015). No caso da

arrecadação própria, a reeleição é apontada como insignificante (Marciniuk & Bugarin, 2019), ou positiva (Marengo, 2017; Marengo & Strohschoen, 2017), aqui apenas para o caso do IPTU.

Na dimensão de recursos humanos, consideramos também três indicadores: IFGF Gasto com pessoal, número de funcionários comissionados, que são indicados por livre iniciativa dos executivos municipais, de funcionários estatutários, selecionados por meio de concurso público, per capita. O IFGF Gasto com pessoal é calculado pela FIRJAN como Gastos com pessoal dividido pela receita corrente líquida. Consideramos, a partir da MUNIC-IBGE (Pesquisa de Informações básicas dos municípios), o total de funcionários comissionados e estatutários. Para os gastos, há evidências de aumento no segundo mandato em comparação com o primeiro (Marciniuk & Bugarin, 2019). Para a contratação de pessoal e os tipos de contratação, não há relação clara (Marengo, 2023).

Por fim, a corrupção e má-gestão são medidas neste estudo por meio de dois indicadores: falhas graves e montante de recursos em falhas graves. Coletamos essas informações pelos relatórios da CGU (Controladoria Geral da União) a partir do programa de fiscalização de entes federativos. Há evidência de que a reeleição afeta positivamente a incidência de corrupção – tanto Batista (2013) quanto Rodrigues et al. (2020), a partir de diferentes bases de dados e desenhos de pesquisa, afirmam que prefeitos em segundo mandato são mais propensos a terem ocorrências de corrupção apuradas do que aqueles em primeiro.

Com base nos indicadores propostos, sintetizamos as hipóteses da literatura sobre os efeitos da obtenção de um segundo mandato sobre gestão municipal na [Tabela 1](#). Um detalhe importante de operacionalização dos testes que realizamos a seguir é que, para todas as variáveis, calculamos uma média do indicador para o período de mandato. Por exemplo, se a prefeita ou prefeito conseguiu um segundo mandato em 2016, o valor considerado do IFGF Autonomia é a média do período de 2017-2020. Particularmente, isso significa que só conseguimos analisar eleições acirradas até 2016, período para o qual temos a totalidade de medidas do mandato iniciado em 2017 e encerrado em 2020. Para garantir maior robustez aos resultados, também consideramos o valor da variável no ano eleitoral, quando o dado

estava disponível, além de testar operacionalizações alternativas (no Apêndice). Essas operacionalizações alternativas, no entanto, não alteram substantivamente nossos achados.

Tabela 1 – Resumo da relação entre reeleição e *outcomes*

Dimensão	Variável	Operacionalização	Anos	Relação esperada	Fonte
Políticas Públicas	IDEB iniciais	Índice do Desenvolvimento da educação básica municipal anos iniciais (1º ao 5º)	2004 - 2020	Positiva (Toral, 2024)	INEP
Políticas Públicas	IDEB finais	Índice do Desenvolvimento da educação básica municipal anos finais (6º ao 9º)	2004 - 2020	Positiva (Toral, 2024)	INEP
Políticas Públicas	Despesas receitas próprias por habitante	Despesa em Saúde Utilizando Recursos Próprios do Município (por Hab., R\$ de 2019)	2010 - 2021	Negativa (Novaes & Mattos, 2010)	IEPS
Políticas Públicas	Cobertura da atenção básica (%)	Percentual da população coberta por atenção básica	2010 - 2021	Positiva (Arruda & Rocha, 2024)	IEPS
Políticas Públicas	Taxa de médicos pela população	Taxa de Médicos (por 1.000 Hab.)	2010 - 2021	Positiva (Arruda & Rocha, 2024)	IEPS
Políticas Públicas	IFGF Investimento	Valor de investimentos em relação à receita total	2012 - 2020	Negativa (Marciniuk & Bugari, 2019); Positiva (Cavalcante, 2016)	FIRJAN
Gestão fiscal	IFGF Liquidez	(Caixa menos restos a pagar) / receita corrente líquida	2012 - 2020	Positiva (Marciniuk & Bugarin, 2019)	INEP
Gestão fiscal	IFGF Autonomia	(Receita local menos estrutura administrativa) / receita corrente líquida	2012 - 2020	Insignificante (Cavalcante, 2016; Marciniuk & Bugarin, 2019)	FIRJAN
Gestão fiscal	IPTU	Valor dos recursos arrecadados via IPTU (receita bruta) dividido pela população municipal	2000 - 2020	Insignificante (Marciniuk & Bugarin, 2019); Positiva (Marenco, 2017)	SICON & FI
Gestão pessoal	IFGF Gasto com pessoal	Gastos com pessoal dividido pela receita corrente líquida	2012 - 2020	Positiva (Marciniuk & Bugarin, 2019)	FIRJAN

Dimensão	Variável	Operacionalização	Anos	Relação esperada	Fonte
Gestão pessoal	Estatutários	Número de funcionários estatutários da administração direta dividido pela população municipal	2008 - 2020		IBGE
Gestão pessoal	Comissionados	Número de funcionários comissionados da administração direta dividido pela população municipal	2008 - 2020	Insignificante (Marengo, 2023)	IBGE
Corrupção	Falhas graves total	Divisão entre o total de constatações “falhas graves” no relatório do município em relação ao total de constatações	2004 - 2016	Positiva (Batista, 2013; Rodrigues et al., 2020)	CGU
Corrupção	Falhas graves valor	Divisão entre o montante total de constatações “falhas graves” no relatório do município em relação ao montante total de constatações	2004 - 2016	Positiva (Batista, 2013; Rodrigues et al., 2020)	CGU

Fonte: elaboração própria (2025).

III. Desenho de Pesquisa

III.1. Identificando candidaturas à reeleição

Para estudar o efeito da reeleição sobre indicadores de gestão municipal, criamos uma base de dados original que abarca todos os pleitos eleitorais municipais realizados entre 2000 e 2016. O maior desafio transposto nesse processo foi o de identificar prefeitos que tentaram a reeleição. Para eleições de 2004 em diante, o TSE disponibiliza, em seu Repositório de Dados Abertos⁵, informações sobre o *status* de reeleição de cada candidatura ao Executivo municipal. Apesar disso, essa informação é auto reportada, o que pode introduzir erros de mensuração. Além disso, informações de resultados eleitorais de 1996, necessários para identificar eleitos e eleitas concorrendo novamente em 2000, estão parcialmente ausentes do repositório do TSE.

⁵ Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Para contornar esses problemas, recuperamos informações dos resultados do pleito de 1996 a partir de uma página oficial de divulgação de resultados do próprio TSE⁶. Com esses dados, utilizamos uma estratégia de comparação de similaridade textual entre nomes próprios, códigos de CPF e de Título Eleitoral (disponíveis a partir de 2000) para identificar incumbentes eleitos em um dado pleito que tentaram a reeleição a partir de 2000, primeiro pleito após a aprovação da EC nº 16/1997. Em particular, para cada município i em uma data eleição em t na nossa base, comparamos o nome de cada candidatura j com o nome de todas as candidaturas j^* no pleito seguinte, em $t+1$, no mesmo município i . Com isso, geramos todos os possíveis pares de candidaturas entre dois pleitos municipais, o que resulta em uma base com 270.834 pares possíveis entre dois pleitos quaisquer em todos os municípios que tiveram eleições municipais no período.

Em um segundo momento, para cada par possível de candidaturas entre eleições calculamos uma métrica de distância chamada de Jaro-Winkler – uma medida de similaridade textual que leva em conta a ordem dos caracteres e a similaridade entre os caracteres de cada texto resultando em um indicador que varia de 0 a 1, onde 0 indica que os textos são idênticos. Com esse método, comparamos cada par de candidaturas pelo nome completo reportado no momento do registro eleitoral, CPF e Título de Eleitor — estes dois últimos apenas de 2000 em diante. A vantagem desta métrica é que ela nos permite identificar dados que pertencem a uma mesma pessoa mesmo que tenham tido leves mudanças de grafia em seus nomes ou em seus documentos oficiais — como a ausência de um dígito ou de uma pontuação no CPF, por exemplo.

Para assinalar como idênticas duas candidaturas em pleitos seguidos, combinamos as métricas de similaridade para nome próprio, CPF e Título de eleitor utilizando o algoritmo proposto por Sadinle & Fienberg (2013), que agrega as métricas de similaridade e retorna um *score* no qual valores mais altos indicam pares que têm maior probabilidade de corresponderem a uma mesma pessoa. A candidatura de 2000 que obteve a maior

⁶ A página é <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>>, mas foi desativada. Versões históricas da página ainda podem ser encontradas em <https://web.archive.org/web/20220415000000*/http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>. Utilizamos *webscraping* para extrair as informações, e os dados obtidos estão disponíveis junto deste artigo.

similaridade com a candidatura eleita em 1996 foi considerada a candidatura à reeleição, desde que tivesse um *score* menor do que 1,5⁷. Dessa forma, só pareamos nomes entre duas eleições quando, de fato, havia bom grau de confiança de que se tratava da mesma pessoa. Para as eleições de 2000 em diante, para as quais usamos informações auxiliares de CPF e Título de Eleitor, mantivemos pares de candidaturas com *scores* maiores do que 8. Ao final do procedimento, identificamos 31.048 pessoas que, entre 2000 e 2020, haviam disputado eleições para a prefeitura na eleição anterior; desses, 16.618 eram incumbentes que disputavam suas reeleições entre 2000 e 2020 — vale notar que, pela variável autorreportada de reeleição do TSE, esse número seria de 11.147, o que sugere que o autopreenchimento da situação eleitoral é subestimado pelas candidaturas no momento do registro eleitoral.

Para validar nossa identificação de candidaturas majoritárias municipais entre pleitos, retiramos amostras aleatórias de 2000 pares potenciais gerados na primeira etapa do nosso procedimento. Dado que entre 1996 e 2000 só tínhamos nomes completos para comparar pares de candidaturas, retiramos uma amostra de 2000 pares apenas para esses pleitos também. Com essas amostras, passamos os dados de nome completo, CPF e Título de Eleitor de cada candidatura para o modelo de linguagem larga GPT-4o categorizar como sendo ou não de uma mesma pessoa⁸. Para os pleitos entre 2000 e 2020, o exercício não encontrou nenhum erro de classificação — o que não surpreende dada a disponibilidade do CPF e do Título de Eleitor como fontes de dados para identificar uma mesma pessoa entre pleitos. Para os pleitos de 1996 e 2000, encontramos apenas 4 erros de classificação, o que dá menos de 0,2% da amostra que usamos, valor suficientemente pequeno para garantir que tais erros não afetam as estimativas que reportamos em seguida.

⁷ Escolhemos esse ponto de corte para evitar casos com falsos positivos, isto é, candidaturas em 2000 falsamente atribuídas como tentando a reeleição. De toda forma, nossos resultados de validação sugerem que deixamos passar um número ínfimo de potenciais pares de fora.

⁸ Nos apêndices que acompanham este artigo, detalhamos esse procedimento de validação utilizando a API do GPT-4o.

III.2. Estratégia de identificação

Inferir causalidade a partir de dados observacionais é uma tarefa complicada pela possibilidade de que grupos de controle e de tratamento – no nosso caso, municípios que reelegeram incumbentes vis-à-vis municípios que elegeram desafiantes – sejam diferentes em aspectos relacionados aos seus resultados de gestão municipal (Cattaneo & Titiunik, 2022; Imbens, 2024; Keele, 2015; Titiunik, 2021). Para dizer de outra maneira, na impossibilidade de controlarmos a atribuição do tratamento, variáveis não observadas podem enviesar estimativas do efeito da reeleição sobre *outcomes* de políticas públicas que queremos examinar. No nosso caso, por exemplo, a relação entre reeleição (X) e arrecadação tributária de um município (Y) pode ser afetada por um conjunto de variáveis não anteriormente previstas no modelo (Z) – o próprio fato de o município possuir uma base de arrecadação mais alta previamente à eleição pode afetar a probabilidade de um(a) prefeito(a) se reeleger ou não. Em qualquer caso, o resultado final seria uma estimativa enviesada do efeito de ter um governo municipal em seu último mandato sobre a arrecadação tributária de um município.

Para estimar o efeito causal da reeleição contornando problemas de endogeneidade como o descrito, utilizamos uma estratégia de identificação baseada em RDD, comum em outros estudos sobre municípios brasileiros (Brollo & Troiano, 2016; Bueno, 2018; Frey, 2021; Klasnja & Titiunik, 2017; Toral, 2024). A questão básica dessa estratégia é que unidades com um valor mais alto, ou mais baixo do que um determinado patamar (*cutoff*) de uma variável de interesse (*forcing variable*) recebem tratamento e, as demais, não. Nesta pesquisa, assim como de praxe na literatura prévia, definimos nossa *forcing variable* a diferença de votos válidos percentuais, X_{it} , entre o candidato que disputa a reeleição e que terminou a corrida eleitoral entre 1º e 2º lugares e o seu melhor desafiante no município i na eleição t . Se essa diferença é positiva, $X_{it} > 0$, isso significa que o mandatário conseguiu se reeleger, o que indicamos por meio de $D_{it} = 1$. Como é usual em desenhos similares, o pressuposto que usamos para identificar o efeito da reeleição é o de que há continuidade nos resultados potenciais de gestão ao redor do *cutoff* – o que nos permite estimar a diferença de *outcomes* Y_{it} decorrentes do resultado eleitoral de reeleger um mandatário ou um desafiante. Em termos práticos, satisfazer o pressuposto de continuidade dos resultados potenciais ao

redor da descontinuidade implica assumir, entre outras coisas, que candidaturas que tentam ou não a reeleição não controlam com precisão suas votações de forma a terem uma vantagem em eleições acirradas, nem que exista outro tratamento dado pela mesma descontinuidade.

Para estimar o efeito da obtenção de um segundo mandato sobre *outcomes* de gestão, seguimos a prática corrente da literatura ao empregar modelos de regressão locais por Mínimos Quadrados Ordinários (OLS) e ponderados por pesos triangulares que dão maior ênfase a observações mais próximas do *cutoff*, isto é, eleições mais acirradas, decididas por mínimas diferenças de votação (Imbens & Lemieux, 2008). O estimador que usamos, portanto, é local no sentido de que usamos apenas eleições acirradas para estimar o efeito da reeleição sobre *outcomes* de gestão, o que é definido por meio de uma janela h ($X_{it} \in [-h, +h]$). Para selecionar tais eleições acirradas o suficiente, utilizamos o algoritmo já consolidado de Calonico et al. (2020), que determina um h ótimo para minimizar o erro-quadrático médio do estimador local ao mesmo tempo em que corrige intervalos de confiança e P-valores (Calonico et al., 2015; Cattaneo & Titiunik, 2022). Para investigar os efeitos da reeleição, usamos equações como a seguinte:

$$Y_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \gamma D_{it} + \delta X_{it} \times D_{it} + \epsilon_{it} \quad (1)$$

onde Y_{it} representa os *outcomes* da nossa análise, γ e δ modelam a relação entre margem de votos e *outcomes* e β é o efeito causal da reeleição – a diferença entre reeleitos e não-reeleitos na descontinuidade. A equação acima é estimada para cada *outcome* de gestão que investigamos, como indicadores fiscais e de políticas, como descrevemos adiante. Em nossa amostra, a média da variável de margem de vitória (*forcing variable*) é de cerca de 8%. A distribuição da variável está exposta na [Figura 1](#).

Com uma base que indica eleições disputadas por um incumbente, adotamos alguns procedimentos adicionais para operacionalizar nosso desenho. Em primeiro lugar, excluimos da amostra municípios nos quais, em um dado pleito, eleições ordinárias foram sucedidas por eleições suplementares, o que indica que houve mudança na chefia do Executivo ao longo do mandato, ou seja, quem foi eleito não terminou o mandato e, portanto, não é possível saber qual foi o desfecho da sua gestão. Em todo o caso, como em RDD a identificação é feita apenas para unidades próximas da descontinuidade, tal exclusão não afeta a validade externa

de estimativas — que já é bastante reduzida em RDD. Esse procedimento, ademais, é padrão na literatura (Brollo & Troiano, 2016; Bueno, 2018; Klačnja & Titunik, 2017; Toral, 2024).

Em segundo lugar, excluímos da amostra eleições nas quais um dos dois primeiros colocados faleceu ou teve a candidatura impugnada após a posse e, em casos de segundo turno, apenas o resultado desse pleito foi considerado (ver também Klačnja & Titunik, 2017). A razão do recorte é a mesma da anterior.

Por fim, para evitar comparar pleitos com níveis muito diferentes de competição, mantemos apenas eleições disputadas por apenas 2 ou 3 candidaturas – no último caso, apenas quando incumbente terminou em 1º ou 2 lugares. Como em eleições com apenas duas candidaturas, o *cutoff* é fixo — vence quem faz 50%+1 dos votos válidos —, não há heterogeneidade no padrão de competição, o que garante que apenas eleições similares do ponto de vista da estrutura eleitoral são comparadas; quando, no entanto, há 3 ou mais candidaturas, o *cutoff* depende dos desempenhos das terceiras forças, transformando o *cutoff* em uma variável aleatória, o que Cattaneo et al. (2016) chamam de RDD com *cutoffs múltiplos*. Embora tal fenômeno não envies estimativas, ele introduz heterogeneidade que pode ocultar cenários de competição com diferentes efeitos. É por essa razão que a maioria dos trabalhos em contextos multipartidários tradicionalmente fazem o recorte que adotamos aqui (Brollo & Troiano, 2016; Bueno, 2018; Toral, 2024).

Ao fim, considerados todos os recortes descritos, nossa amostra final incluiu 12.379 eleições municipais nas quais um incumbente disputou a reeleição contra uma candidatura desafiante. Nos Apêndices, reportamos diversos detalhes adicionais e resultados com especificações alternativas.

IV. Os efeitos da reeleição sobre indicadores municipais

Nossa análise considera o efeito da reeleição sobre uma série de *outcomes* municipais. Nesta seção, realizamos a análise a partir de quatro eixos principais: provisão e resultados de políticas, gestão fiscal, recursos humanos e corrupção.

IV.1. Provisão e resultados de políticas

Iniciamos analisando os efeitos de um segundo mandato municipal sobre a provisão e resultados de políticas públicas. Os resultados, no geral, indicam efeito da obtenção da reeleição apenas sobre o valor do investimento realizado pelas prefeituras, ainda que tal resultado só atinja significância ao nível de $p < 0.1$. Como mostra a Tabela 2, prefeitos reeleitos possuem maiores níveis de investimento quando comparados àqueles em primeiro mandato. O resultado corrobora parcialmente os achados de Cavalcante (2016). Conforme Sakurai & Menezes-Filho (2008), esse aumento de investimentos de prefeitos reeleitos é consistente com a ideia de que esses fazem maior esforço na tentativa da reeleição de um sucessor. No caso da educação, os resultados vão na direção contrária ao apontado por Toral (2024). Cabe aqui mencionar que como investimentos em educação e saúde são fortemente regulados pela Emenda Constitucional n. 29, é possível que o segundo mandato de um incumbente não tenha impacto direto sobre a provisão de políticas nessa área (Arretche, 2010); além disso, a análise de Toral (2024) utiliza a reeleição não como variável principal, mas como uma espécie de instrumento sobre outra (a indicação de diretores de escolas). Ou seja, é a indicação que teria efeito sobre os resultados educacionais, podendo a reeleição afetar ou não esse *outcome*. No caso da saúde, nossos achados convergem na direção de Novaes & Mattos (2010), mas novamente com nível de significância acima do usualmente aceito: prefeitos em segundo mandato gastam, em média, -0.5 reais por habitante em relação aos prefeitos em primeiro mandato. No caso das outras variáveis não há resultado estatisticamente significativo.

Tabela 2 – Efeito local de reeleger incumbentes sobre provisão de políticas públicas

Indicador	Est.	S.E.	Janela	N	N (controle)	N (tratamento)
IDEB Iniciais	-0.07	0.09	0.13	4590	2077	2513
IDEB Finais	-0.00	0.08	0.15	3181	1418	1763
Despesas receitas próprias saúde (%)	-0.50*	0.29	0.15	4624	2084	2540

Cobertura da atenção básica (%)	-0.01	0.01	0.18	5297	2306	2991
Taxa de médicos pela população	-0.03	0.04	0.14	4351	1972	2379
Investimento (IFGF)	0.04*	0.02	0.11	2527	1234	1293
Investimento (ano eleitoral, IFGF)	0.04	0.03	0.14	2038	1006	1032

Nota: $p < 0.01$ ***, $p < 0.05$ **, $p < 0.1$ *. Erros-padrão robustos com cluster por municípios estão na coluna S.E.

Fonte: elaboração própria (2025).

IV.2. Gestão fiscal

A literatura sobre gestão fiscal e reeleição privilegia a expectativa de reeleição para explicar resultados das contas públicas (Menegrin, 2002). Focando diretamente no efeito de ter um prefeito eleito, nossos resultados mostram que a reeleição não tem efeito significativo sobre o Índice Firjan de Autonomia dos municípios ([Receita local menos estrutura administrativa] / receita corrente líquida). É importante considerar que a receita local utilizada no cálculo do índice é aquela proveniente de arrecadação própria (tributárias, patrimoniais, serviços e outros), quanto aquela proveniente de transferências de outros entes federativos. O resultado não evidencia maior capacidade dos reeleitos em garantir melhor balanço das contas públicas. A Tabela 3 também indica que não há efeito estatisticamente significativo da reeleição sobre índice de liquidez ([Caixa menos restos a pagar] / receita corrente líquida), bem como da arrecadação do IPTU. Ao contrário de Marengo et al. (2017), portanto, não encontramos evidência de impacto positivo da reeleição sobre a arrecadação na nossa amostra de eleições acirradas.

Tabela 3 – Efeito local de reeleger incumbentes sobre gestão fiscal

Indicador	Est.	S.E.	Janela	N	N (controle)	N (tratamento)
Liquidez (IFGF)	0.00	0.03	0.13	2990	1425	1565
Autonomia (IFGF)	0.04	0.03	0.13	3006	1431	1575
IPTU per capita	-140.97	152.22	0.02	1203	576	627
IPTU per capita (ano eleitoral)	0.01	0.01	0.06	3278	1617	1661
IPTU sobre receita bruta	0.00	0.00	0.11	5873	2723	3150

Nota: $p < 0.01$ ***; $p < 0.05$ **; $p < 0.1$ *. Erros-padrão robustos com cluster por municípios estão na coluna S.E.

Fonte: elaboração própria (2025).

IV.3. Gestão pessoal

Na Tabela 4 mostramos os efeitos da obtenção de um mandato consecutivo sobre os gastos com pessoal (IFGF) e os tipos de contratação. Diferentemente de Marciniuk & Bugarin (2019), não observamos impacto estatisticamente significativo entre ter um prefeito reeleito sobre os gastos com pessoal, embora os coeficientes tenham as direções esperadas. As outras especificações também não encontram resultados significativos. No apêndice, reportamos alguns efeitos heterogêneos, entretanto. Nos municípios de grande porte, considerados como aqueles no último quartil da distribuição populacional, o efeito da reeleição é negativo, e estatisticamente significativo, para a taxa de estatutários per capita. Ou seja, em municípios maiores, um segundo mandato representa redução de estatutários. Outras pesquisas podem investigar os mecanismos de ligação entre as variáveis.

Tabela 4 – Efeito local de reeleger incumbentes sobre gestão de pessoal

Indicador	Est.	S.E.	Janela	N	N (controle)	N (tratamento)
Gastos pessoal (IFGF)	0.01	0.03	0.12	2694	1315	1379
Comissionados	-149.19	137.35	0.12	4000	1848	2152
Comissionados (ano eleitoral)	-0.71	37.70	0.12	3929	1820	2109
Estatutários	-490.76	439.07	0.13	4186	1906	2280
Estatutários (ano eleitoral)	104.79	146.98	0.14	4550	2051	2499
Prop. de comissionados	0.00	0.01	0.15	4596	2068	2528
Prop. de comissionados (ano eleitoral)	-0.01	0.01	0.14	2420	1081	1339

Nota: $p < 0.01$ ***, $p < 0.05$ **, $p < 0.1$ *. Erros-padrão robustos com cluster por municípios estão na coluna S.E.

Fonte: Elaboração própria.

IV.4. Corrupção

A literatura aponta que a reeleição geraria incentivos distintos sobre a corrupção: em primeiro mandato, aqueles candidatos buscando a reeleição teriam menos incentivos para se engajar em atividades corruptas, na medida em que essas prejudicam as chances eleitorais (Ferraz & Finan, 2011). Para aqueles já no mandato, a corrupção aumentaria porque o poder oferece uma espécie de proteção (Batista, 2013; Pereira & Melo et al., 2009). Na [Tabela 5](#), não corroboramos os achados da literatura. Os sinais variam entre positivo e negativo, mas não encontramos valores estatisticamente significativos. Essa disparidade pode se relacionar com fatores metodológicos, dado que nosso desenho de pesquisa é diferente de outras pesquisas na área: não comparamos apenas os municípios com reeleitos e não-reeleitos ao Executivo, mas somente aqueles com uma margem de vitória/derrota bastante apertada. Essa

escolha possui vantagens, mas também limites: por exemplo, denúncias de corrupção podem afetar a probabilidade de que um candidato busque um segundo mandato. Voltaremos a esse ponto.

Tabela 5 – Efeito local de reeleger incumbentes sobre corrupção

Indicador	Est.	S.E.	Janela	N	N (controle)	N (tratamento)
Falhas graves	-0.36	2.77	0.09	202	79	123
Falhas graves (montante)	0.00	0.10	0.12	242	99	143
Falhas graves (montante per capita)	0.00	0.00	0.11	222	89	133
Falhas graves (proporção)	-0.02	0.04	0.11	211	84	127

Nota: $p < 0.01$ ***, $p < 0.05$ **, $p < 0.1$ *. Erros-padrão robustos com cluster por municípios estão na coluna S.E.

Fonte: elaboração própria (2025).

V. Robustez e validação

Realizamos uma série de testes adicionais para testar a robustez das nossas estimativas reportadas no Apêndice. Em primeiro lugar, para verificar se nossos resultados seriam sensíveis às janelas utilizadas — a margem de votos que consideramos pequena o suficiente para que um determinado pleito seja acirrado —, rodamos 39 modelos para cada variável dependente, variando as janelas utilizadas entre 1 e 20% de votos válidos. No geral, os efeitos, ou melhor, a ausência de efeitos da reeleição, se mantém. Adicionalmente, reportamos no Apêndice a tabela completa de resultados usando uma janelas fixas de 2% e

de 5%, além de resultados com polinômios maiores na especificação dos modelos. Em todos os casos, apesar de variações, o padrão geral nulo nas estimativas permanece.

Em desenhos de RDD com eleições acirradas, é esperado que municípios que elegem ou não prefeitos(as) sejam similares ao redor da descontinuidade — como em experimentos nos quais a atribuição do tratamento é aleatória (Cattaneo & Titiunik, 2022). No entanto, a literatura recente sobre regressão descontínua em eleições acirradas trouxe algumas limitações na interpretação dos efeitos locais que são estimados por meio da estratégia mesmo quando há balanceamento em variáveis pré-tratamento (De La Cuesta & Imai, 2016; Erikson & Titiunik, 2015; Marshall, 2024). Marshall (2024), por exemplo, mostra que, quando se estima o efeito de características pessoais de candidatos — como ideologia, escolaridade ou trajetória política — em desenhos RDD baseados em disputas acirradas, é provável que os perdedores e vencedores sistematicamente difiram em atributos correlacionados ao *status* de incumbência. Esses efeitos compensatórios, como Marshall (2024) os define, significa que o tratamento que estimamos é o efeito agregado (ou *weighted local average treatment effect, W-LATE*) do *status* do incumbente municipal (se pode ou não tentar a reeleição) e características pessoais correlacionadas à seleção na amostra. De saída, incumbentes são diferentes pelo fato de terem tido quatro anos anteriores de experiência no cargo, e o fato de estarem em uma eleição acirrada — depois de já terem decidido tentar a reeleição — significa que estamos analisando um sub-grupo de mandatários que não tiveram performances ótimas no primeiro mandato, mas também não foram demovidos de tentar a reeleição.

Trabalhos anteriores também argumentam que desenhos de RDD em eleições acirradas não isolam efeitos pessoais de incumbentes. Erikson & Titiunik (2015), particularmente, mostram que estimativas a vantagem da incumbência combinam efeitos da ocupação do cargo e atributos partidários e contextuais que não são balanceados localmente — e, assim, a quantia local estimada novamente combina diferentes fatores. Finalmente, De la Cuesta & Imai (2016) e Eggers et al. (2015) reforçam a importância de verificar o balanceamento de variáveis pré-tratamento e testar a robustez das estimativas a diferentes especificações, *bandwidths* e formas funcionais.

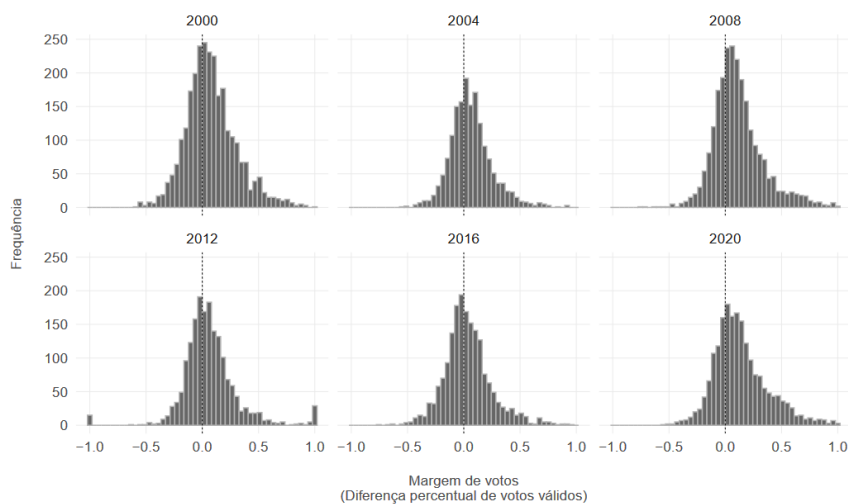
Em linha com essa literatura, conduzimos testes de robustez variados (ver Apêndices). Para examinar a similaridade de candidaturas de incumbentes e desafiantes, estimamos efeitos locais da reeleição sobre uma série de variáveis pré-tratamento, isto é, mensuradas antes dos mandatos obtidos por vencedores das eleições acirradas, que incluem *dummy* indicando o partido vencedor; idade; sexo; ter ensino superior; *dummies* para algumas profissões; IPTU per capita, receita bruta per capita e resultados do IDEB, esses últimos mensurados todos para o mandato anterior. Para cada variável, rodamos também 39 modelos variando a janela usada de 1 a 20%. No geral, não encontramos efeitos locais substantivos ou significativos consistentes em diferentes janelas para nenhum indicador pré-tratamento, exceção do partido (PMDB) e IDEB para anos finais. Essa diferença, no entanto, dificilmente explicaria os efeitos substantivos que documentamos usando diferentes especificações e modificações no nosso desenho (ver Apêndices).

Outro ponto a ser reforçado sobre a validade dos resultados é a quantia de interesse que examinamos neste artigo. Em trabalho recente, Bertoli & Hazlet (2025) complementam Marshall (2024) ao defender que a unidade de análise correta em desenho de eleições acirradas como o nosso – que procura isolar o efeito de uma característica das candidaturas, como o fato de ser ou não incumbente – são distritos ou municípios, e não candidaturas (ver De Magalhães, 2015). Para fazer um paralelo com experimentos controlados, isso equivale a sortear um conjunto de municípios para receberem um prefeito(a) que já governou o mesmo município por um mandato e, outros, para receberem um prefeito(a) que fará seu primeiro mandato. A possibilidade ou não da reeleição é nosso tratamento e, embora ele não possa ser isolado analiticamente de outros fatores associados, trata-se de examinar o efeito desse *treatment bundle* sobre os municípios. Nossos resultados, dessa forma, precisam ser interpretados tendo em conta essa unidade de análise: um segundo mandato municipal pode diferir de um primeiro por uma combinação de fatores pessoais, mas o que nos interessa particularmente são os efeitos dessa combinação, não os mecanismos analíticos que agregadamente os produzem.

Também examinamos a possibilidade de manipulação das margens de voto de primeiro e segundo lugares nas eleições na nossa amostra — o que sugeriria que observações estariam determinando seus *status* de tratamento, invalidando o mecanismo de atribuição

previsto pela RDD (Eggers et al., 2015; De La Cuesta & Imai, 2016). Na Figura 1, reportamos a distribuição das margens de votos por pleito que, como é possível observar, não mostram desequilíbrio ao redor da descontinuidade, exceto pelo pleito de 2004. Em todo o caso, nos Apêndices também reportamos testes de descontinuidade na densidade da distribuição de votos ao redor da descontinuidade, e em todos os casos descartamos a hipótese nula de manipulação das margens, corroborando a validade do desenho de RDD que empregamos.

Figura 1 – Diferença percentual de votos entre eleitos e derrotados por pleito



VI. Efeitos heterogêneos

No Apêndice, apresentamos os resultados de RDD usando estimadores polinomiais locais considerando apenas municípios de pequeno porte, classificados aqui como municípios com população menor ou igual ao 1º quartil da distribuição de população dos municípios e municípios de grande porte, classificados como municípios com população maior que o 3º quartil da distribuição de população dos municípios, respectivamente. Os resultados demonstram que, no caso de municípios de pequeno porte, todos os efeitos

estatisticamente significativos desaparecem. Em municípios de grande porte, no entanto, o efeito do investimento permanece: prefeitos em segundo mandato que venceram eleições competitivas possuem nível de investimento maior em 0,10 pontos em comparação com prefeitos em primeiro mandato, que venceram a eleição de incumbentes. O IFGF Investimentos varia de 0 a 1, o que indica um aumento significativo. O efeito sobre o gasto na saúde desaparece. Porém, em dois indicadores, a reeleição exerce impacto negativo: cobertura da atenção básica e estatutários. Neste sentido, vale notar que há alguma evidência de que o porte de um município pode estar relacionado com diferenças entre primeiro e segundo mandatos, ainda que tais diferenças fiquem restritas a poucos fatores.

Embora não seja possível explorar efeitos ao longo do tempo sem ter de analisar cada eleição separadamente, como forma de verificar a robustez dos resultados à análise de diferentes períodos, reportamos no Apêndice estimativas restritas à subamostra de eleições de 2016 e 2020, realizadas após a proibição de doações empresariais no Brasil — o que poderia alterar o perfil de competição nas eleições locais e, conseqüentemente, a seleção de eleições acirradas que analisamos. De toda forma, resultados também se mantêm nulos nessa sub-amostra.

VII. Considerações finais

Procuramos ampliar o estudo dos impactos da reeleição, particularmente de ter um governo em segundo mandato, sobre políticas em dois sentidos. O primeiro deles é substantivo, analisando diversos *outcomes* da gestão municipal de maneira integrada; o segundo é metodológico, ao utilizar uma estratégia de identificação ainda pouco utilizada nos estudos da temática, a RDD, em uma base de dados mais extensa sobre reeleição municipal no Brasil. Por meio desse desenho, estimamos o efeito causal de um segundo mandato sobre uma série de indicadores, nas dimensões de provisão e resultados de políticas; gestão fiscal; gestão de pessoal e corrupção.

No geral, nossos resultados indicam que um segundo mandato tende a gerar efeitos positivos sobre a capacidade de investimento e efeitos negativos sobre o gasto de receita própria em saúde, mas ambos os efeitos são acompanhados de p-valores maiores do que 0.05 e, além disso, perdem significância em algumas especificações. Dessa forma, nossos

resultados gerais são nulos, sugerindo que primeiro e segundo mandatos não são tão diferentes quando analisamos seus resultados em diferentes áreas ao longo dos últimos 20 anos no Brasil.

Ao avaliar múltiplas variáveis e conduzir diferentes testes de especificações, uma limitação do nosso trabalho se impõe: não é possível oferecer uma teoria ou mecanismos integrados para explicar os resultados gerais nulos que encontramos. Nosso objetivo, ao contrário, foi sobretudo empírico, fornecendo um exame mais exaustivo — e potencialmente melhor do ponto de vista da avaliação de impacto — dos resultados da obtenção de um segundo mandato. Futuros trabalhos nessa agenda certamente devem considerar os mecanismos que ligam uma variável às outras. Ainda sobre nossos resultados, ressalvas usuais se aplicam. A utilização da RDD é um recurso extremamente útil para fazer inferências causais, mas estimativas têm validade externa local, isto é, efeitos causais médios identificados têm como população de referência municípios que, no período, tiveram eleições acirradas entre um incumbente e um desafiante – o que limita a generalização dos resultados (Cattaneo & Titiunik, 2022; Imbens & Lemieux, 2008). Além disso, a seleção dessas eleições acirradas pode ser influenciada por fatores não observados, como a qualidade dos candidatos, ou fatores que incidem sobre a decisão de um incumbente tentar ou não um segundo mandato (Marshall, 2024). Dizendo de outra forma, a amostra local de eleições acirradas pode identificar não apenas o efeito do segundo mandato, mas conjuntamente o de outros fatores que influenciam a decisão de um candidato tentar um segundo mandato e acabar em uma eleição acirrada. Essa é certamente uma limitação, mas, ao mesmo tempo, algo que nos permite contornar outros problemas de endogeneidade. Ao fim e ao cabo, nossos resultados certamente contribuem para termos mais evidências sobre os resultados de se reeleger um mandatário, embora não esgotem o tema.

Tudo somado, nossa análise deve servir principalmente para ressaltar a importância do tema na medida em que há, em curso no Congresso Nacional brasileiro, debate sobre o fim da reeleição para cargos executivos. A discussão atual, como no caso de outras reformas políticas (Biderman et al., 2019; Schaefer, 2024), não está necessariamente inspirada por evidências científicas, condição essencial para mudarmos esse quadro é termos mais pesquisas sobre o tema — objetivo para o qual procuramos contribuir.

Declaração de contribuição dos autores

Bruno Marques Schaefer: conceituação, metodologia, análise formal, investigação, redação do manuscrito original, redação-revisão e edicação, visualização. *Fernando Meireles*: conceituação, metodologia, análise formal, investigação, redação do manuscrito original, redação-revisão e edicação, visualização.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não possuem qualquer conflito de interesse que possa ter influenciado a elaboração deste artigo.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório: <https://osf.io/kyf7v/>

Financiamento

Bruno Marques Schaefer declara financiamento de bolsa de pesquisa Prociência da UERJ.

Declaração de uso de IA

Todas as ideias e argumentos apresentados neste artigo foram elaborados pelos autores, sem o uso de ferramentas de IA.

Bruno Schaefer (brunoschaefer@iesp.uerj.br) Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Fernando Meireles (fernando.meireles@iesp.uerj.br) Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Referências

Araujo Júnior, A.F. de & Pires, T.S. (2020) A vantagem do incumbente nas eleições municipais e estaduais brasileiras: um estudo de 2000 a 2018. *Revista do Serviço Público*, 71(1), pp. 69-91. DOI: [10.21874/rsp.v71i1.3992](https://doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3992)

Arretche, M. (2010) Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?. *Dados*, 53(3), pp. 587–620. DOI: [10.1590/S0011-52582010000300003](https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300003)

- Arruda, H. & Rocha, R. (2024) Political turnover and fatal government transitions. *IEPS*. Texto para Discussão 19. Disponível em: <<https://ieps.org.br/texto-para-discussao-19/>>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- Avelino Filho, G., Biderman, C. & Desposato, S. (2021) Sources of the incumbency (dis)advantage. *Brazilian Political Science Review*, 16(01), pp. 1-39. DOI: [10.1590/1981-3821202200010003](https://doi.org/10.1590/1981-3821202200010003)
- Batista, M. (2013) Incentivos da dinâmica política sobre a corrupção: reeleição, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), pp. 87–106. DOI: [10.1590/S0102-69092013000200006](https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200006)
- Bertoli, A. & Hazlett, C. (2025) Seeing like a district: understanding what close-election designs for leader characteristics can and cannot tell us. *Political Analysis*, 33(4), pp. 1–19. DOI: [10.1017/pan.2025.5](https://doi.org/10.1017/pan.2025.5)
- Biderman, C., Avelino, G. & Phillips, J. et al. (2019) Os custos da campanha eleitoral no Brasil: uma análise baseada em evidência. *Centro de Política e Economia do Setor Público - CEPESP*. Disponível em: <<https://cepesp.fgv.br/publicacao/os-custos-da-campanha-eleitoral-no-brasil-uma-analise-baseada-em-evidencia-relatorio>>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- Brambor, T. & Ceneviva, R. (2012) Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. *Novos estudos CEBRAP*, 93, pp. 09–21. DOI: [10.1590/S0101-33002012000200002](https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200002)
- Brollo, F. & Troiano, U. (2016) What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, 122, pp. 28–45. DOI: [10.1016/j.jdeveco.2016.04.003](https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003)
- Bueno, N.S. (2018) Bypassing the enemy: distributive politics, credit claiming, and nonstate organizations in Brazil. *Comparative Political Studies*, 51(3), pp. 304-340. DOI: [10.1177/0010414017710255](https://doi.org/10.1177/0010414017710255)
- Calonico, S., Cattaneo, M.D. & Farrell, M.H. (2020) Optimal bandwidth choice for robust bias-corrected inference in regression discontinuity designs. *The Econometrics Journal*, 23(2), pp. 192–210. DOI: [10.1093/ectj/utz022](https://doi.org/10.1093/ectj/utz022)
- Cattaneo, M.D., Titiunik, R. & Vazquez-Bare, G. et al. (2016) Interpreting regression discontinuity designs with multiple cutoffs. *The Journal of Politics*, 78(4), pp. 1229–1248. DOI: [10.1086/686802](https://doi.org/10.1086/686802)
- Cattaneo, M.D. & Titiunik, R. (2022) Regression discontinuity designs. *Annual Review of Economics*, 14, pp. 821–851. DOI: [10.1146/annurev-economics-051520-021409](https://doi.org/10.1146/annurev-economics-051520-021409)
- Cavalcante, P. (2015) Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. *Opinião Pública*, 21(1), pp. 87–104. DOI: [10.1590/1807-019121187](https://doi.org/10.1590/1807-019121187)

Cavalcante, P. (2016) Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Revista de Administração Pública*, 50(2), pp. 307–330. DOI: [10.1590/0034-7612146623](https://doi.org/10.1590/0034-7612146623)

Coelho, R., Guth, F. & Loureiro, M. (2020) Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 71(4), pp. 778–808. DOI: [10.21874/rsp.v71i4.4524](https://doi.org/10.21874/rsp.v71i4.4524)

Dahis, R., Carabetta, J. & Scovino, F. et al. (2022) Data basis (Base dos dados): universalizing access to high-quality data. *SSRN*. Scholarly Paper n°. 4157813. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=4157813>>. Acesso em: 14 jun. 2024. DOI : [10.2139/ssrn.4157813](https://doi.org/10.2139/ssrn.4157813)

Código de campo alterado

De la Cuesta, B. & Imai, K. (2016) Misunderstandings about the regression discontinuity design in the study of close elections. *Annual Review of Political Science*, 19(1), pp. 375–396. DOI: [10.1146/annurev-polisci-032015-010115](https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-032015-010115)

De Magalhaes, L. (2015) Incumbency effects in a comparative perspective: evidence from Brazilian mayoral elections. *Political Analysis*, 23(1), pp. 113–126. DOI: [10.1093/pan/mpu012](https://doi.org/10.1093/pan/mpu012)

Eggers, A.C., Fowler, A. & Hainmueller, J. et al. (2015) On the validity of the regression discontinuity design for estimating electoral effects: new evidence from over 40,000 close races. *American Journal of Political Science*, 59(1), pp. 259–274. DOI: [10.1111/ajps.12127](https://doi.org/10.1111/ajps.12127)

Erikson, R.S. & Titunik, R. (2015) Using regression discontinuity to uncover the personal incumbency advantage. *Quarterly Journal of Political Science*, 10(1), pp. 101–119. DOI: [10.1561/100.00013137](https://doi.org/10.1561/100.00013137)

Ferraz, C. & Finan, F. (2011) Electoral accountability and corruption: evidence from the audits of local governments. *American Economic Review*, 101(4), pp. 1274–1311. DOI: [10.1257/aer.101.4.1274](https://doi.org/10.1257/aer.101.4.1274)

Ferraz, C., Foremny, D. & Santini, J.F. (2024) Revenue slumps and fiscal capacity: evidence from Brazil. *NBER*. Working Paper n°. w32440. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w32440>>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Ferreira, D.C. & Bugarin, M.S. (2024) Reeleição, regras fiscais e federalismo: evolução dos incentivos eleitorais no Brasil. *Cadernos de Finanças Públicas*, 24(01), pp. 1-38. DOI: [10.55532/1806-8944.2024.234](https://doi.org/10.55532/1806-8944.2024.234)

Frey, A. (2021) Do reelection incentives improve policy implementation? Accountability versus political targeting. *Quarterly Journal of Political Science*, 16(1), pp. 35–69. DOI: [10.1561/100.00019089](https://doi.org/10.1561/100.00019089)

Grin, E.J. & Abrucio, F.L. (2019) *Governos locais: uma leitura introdutória*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/4159>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

- Healy, A. & Malhotra, N. (2013) Retrospective voting reconsidered. *Annual Review of Political Science*, 16(1), pp. 285–306. DOI: [10.1146/annurev-polisci-032211-212920](https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-032211-212920)
- Imbens, G.W. (2024) Causal inference in the social sciences. *Annual Review of Statistics and its Application*, 11, pp. 123–152. DOI: [10.1146/annurev-statistics-033121-114601](https://doi.org/10.1146/annurev-statistics-033121-114601)
- Imbens, G.W. & Lemieux, T. (2008) Regression discontinuity designs: a guide to practice. *Journal of Econometrics*, 142(2), pp. 615–635. DOI: [10.1016/j.jeconom.2007.05.001](https://doi.org/10.1016/j.jeconom.2007.05.001)
- Keele, L. (2015) The statistics of causal inference: a view from political methodology. *Political Analysis*, 23(3), pp. 313–335. DOI: [10.1093/pan/mpv007](https://doi.org/10.1093/pan/mpv007)
- Klašnja, M. & Titunik, R. (2017) The incumbency curse: weak parties, term limits, and unfulfilled accountability. *American Political Science Review*, 111(1), pp. 129–148. DOI: [10.1017/S0003055416000575](https://doi.org/10.1017/S0003055416000575)
- Klein, F.A. (2010) Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, 44(2), pp. 283–337. DOI: [10.1590/S0034-76122010000200006](https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200006)
- Lucardi, A. & Rosas, G. (2016) Is the incumbent curse the incumbent's fault?: Strategic behavior and negative incumbency effects in young democracies. *Electoral Studies*, (44), pp. 66–75. DOI: [10.7910/DVN/CTHU75](https://doi.org/10.7910/DVN/CTHU75)
- Lui, L., Segato C.I. & Albert C.E. (2023) Capacidades estatais e políticas municipais de educação durante a pandemia de Covid-19. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, p. e86049. DOI: [10.12660/cgpc.v28.86049](https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.86049)
- Marciniuk, F.L. & Bugarin, M.S. (2019) A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais. *Revista Brasileira de Economia*, 73(2), pp. 181–210. DOI: [10.5935/0034-7140.20190009](https://doi.org/10.5935/0034-7140.20190009)
- Marengo, A. (2017) Burocracias profissionais ampliam capacidade estatal para implementar políticas? Governos, burocratas e legislação em municípios brasileiros. *Dados*, 60(4), pp. 1025–1058. DOI: [10.1590/001152582017141](https://doi.org/10.1590/001152582017141)
- Marengo, A. (2023) Policy-making ou recompensas? Nomeações políticas nos governos municipais brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 57(1), pp. 1-23. DOI: [10.1590/0034-761220220182](https://doi.org/10.1590/0034-761220220182)
- Marengo, A., Strohschoen, M.T.B. & Joner, W. (2017) Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 25(64), pp. 03–21. DOI: [10.1590/1678-987317256401](https://doi.org/10.1590/1678-987317256401)
- Marshall, J. (2024) Can close election regression discontinuity designs identify effects of winning politician characteristics?. *American Journal of Political Science*, 68(2), pp. 494–510. DOI: [10.1111/ajps.12741](https://doi.org/10.1111/ajps.12741)

- Menegrin, F.B. (2002) Reelection e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nas políticas de gastos públicos. *Caderno de Finanças Públicas da Escola de Administração Fazendária (ESAF)*, 3, pp. 127–153.
- Nakaguma, M.Y. & Bender, S. (2006) A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, 10(3), pp. 377–397. DOI: [10.1590/S1413-80502006000300005](https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000300005)
- Nakaguma, M.Y. & Bender, S. (2010) Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64(1), pp. 3–24. DOI: [10.1590/S0034-71402010000100001](https://doi.org/10.1590/S0034-71402010000100001)
- Novaes, L. & Mattos, E. (2010) O efeito da intenção de reeleição sobre gastos em saúde: uma análise com base no modelo de reputação política. *Brazilian Journal of Political Economy*, 30(1), pp. 140–158. DOI: [10.1590/S0101-31572010000100009](https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000100009)
- Peixoto, V. de M., Leal, J.G.R.P. & Marques, L.M. et al. (2023) Reelection de Prefeitos e o Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 em 2020. *Dados*, 67(4), pp. 1-41. DOI: [10.1590/dados.2024.67.4.331](https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.4.331)
- Peixoto, V. de M., Leal, J.G.R.P. & Souza, R.B. de et al. (2021) Uma análise dos determinantes da reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros em 2016. *Agenda Política*, 9(3), pp. 86–117. DOI: [10.31990/agenda.2021.3.3%20](https://doi.org/10.31990/agenda.2021.3.3%20)
- Pereira, C., Melo, M.A. & Figueiredo, C.M. (2009) The corruption-enhancing role of re-election incentives? Counterintuitive evidence from Brazil's audit Reports. *Political Research Quarterly*, 62(4), pp. 731–744. DOI: [10.1177/1065912908320664](https://doi.org/10.1177/1065912908320664)
- Rodrigues, D.S., Faroni, W. & Santos, N. de A. et al. (2020) Corrupção e má gestão nos gastos com educação: fatores socioeconômicos e políticos. *Revista de Administração Pública*, 54(2), pp. 301–320. DOI: [10.1590/0034-761220190103](https://doi.org/10.1590/0034-761220190103)
- Sadinle, M. & Fienberg, S.E. (2013) A generalized Fellegi–Sunter framework for multiple record linkage with application to homicide record systems. *Journal of the American Statistical Association*, 108(502), pp. 385–397. DOI: [10.1080/01621459.2012.757231](https://doi.org/10.1080/01621459.2012.757231)
- Sakurai, S.N. & Menezes-Filho, N.A. (2008) Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137(1), pp. 301–314. DOI: [10.1007/s11127-008-9329-3](https://doi.org/10.1007/s11127-008-9329-3)
- Schaefer, B.M. (2024) Reformas do financiamento de campanhas como políticas públicas: uma análise de policy cycle. *Dados*, 68(2), pp. 1-45. DOI: [10.1590/dados.2025.68.2.357](https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.2.357)
- Segatto, C.I., Euclides, F.M. & Abrucio, F. (2021) Capacidades estatais e seus efeitos nas políticas municipais de educação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(84), pp. 1-19. DOI: [10.12660/cgpc.v26n84.81938](https://doi.org/10.12660/cgpc.v26n84.81938)
- Titunik, R. (2021) Natural experiments. In: D.P. Green & J.N. Druckman (org.) *Advances in Experimental Political Science*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 103–129.

Toral, G. (2024). How patronage delivers: Political appointments, bureaucratic accountability, and service delivery in Brazil. *American Journal of Political Science*, 68(2), 797-815. DOI: 10.1111/ajps.12758

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.